



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Ciências da Saúde - FS
Departamento de Enfermagem - ENF

**A assistência ao trabalho de parto e parto vivenciada por mulheres
privadas de liberdade no Brasil: uma revisão integrativa**

Jéssika Oliveira da Conceição

BRASÍLIA-DF

2019

JÉSSIKA OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO

**A assistência ao trabalho de parto e parto vivenciada por mulheres
privadas de liberdade no Brasil: uma revisão integrativa**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao
Departamento de
Enfermagem, Faculdade de
Ciências da Saúde da
Universidade de Brasília,
como parte dos requisitos para
obtenção do título de Bacharel
em Enfermagem. Orientadora:
Profa. Dra. Mônica Chiodi
Toscano de Campos.

JÉSSIKA OLIVEIRA DA CONCEIÇÃO

**A assistência ao trabalho de parto e parto vivenciada por mulheres
privadas de liberdade no Brasil: uma revisão integrativa**

Trabalho de Conclusão de
Curso apresentado ao
Departamento de
Enfermagem, Faculdade de
Ciências da Saúde da
Universidade de Brasília,
como parte dos requisitos para
obtenção do título de Bacharel
em Enfermagem. Orientadora:
Profa. Dra. Mônica Chiodi
Toscano de Campos.

Banca Examinadora:

Profª Drª Mônica Chiodi Toscano de Campos – Orientadora

Departamento de Enfermagem – Faculdade de Ciências da Saúde – ENF/FS/UnB

Profª Drª Lara Mabelle Milfont Boeckmann

Departamento de Enfermagem – Faculdade de Ciências da Saúde – ENF/FS/UnB

Profª Drª Rejane Antonello Griboski

Departamento de Enfermagem – Faculdade de Ciências da Saúde – ENF/FS/UnB

Aprovado em ____/____/____

AGRADECIMENTOS

À Deus por sempre sondar minha vida, mas principalmente em minha jornada acadêmica me dando sabedoria, discernimento, coragem e liberdade para seguir a vida ao meu modo.

À minha mãe e minha avó, Maria e Creuza, transmissoras de todos os princípios e valores que carrego comigo. Obrigada por todo amor, educação, dedicação, incentivo ao estudo e principalmente toda fé em mim e na melhor versão de mim mesma. Sem vocês, este trabalho e muitos dos meus sonhos jamais se realizariam.

À todos os meus familiares (que são muitos) por acreditarem no meu potencial mesmo quando eu não acreditava, o carinho e humor de vocês tornou o caminho mais leve e iluminado.

Aos amigos da vida e de sempre que me ajudaram muito a chegar até aqui, me estimulando, apoiando, rindo e chorando comigo, vocês foram, são e serão essenciais, sempre.

À minha orientadora Mônica, mulher, mãe, professora e estudante que com todas as suas atribuições sempre esteve disponível e colaborativa em todo o processo. Obrigada!

A nós mulheres, que possamos assumir uma postura crítica frente às iniquidades da sociedade, para que o statu quo de opressão cesse e a igualdade real seja garantida a toda e qualquer mulher.

À mim, minhas conquistas, alguns fracassos, uns dias ruins, outros maravilhosos. Gratidão por cada tropeço que fez com que eu saísse da minha zona de conforto e me tornou a mulher que sou hoje. O crescimento é diário!

RESUMO

Introdução: A prestação de serviços em saúde dispensados às mulheres privadas de liberdade é uma questão que admite ponderação visto que a situação penal da mulher contribui com a negligência e/ou déficit da assistência em saúde no âmbito prisional. **Objetivo:** O estudo visou identificar na literatura a assistência prestada à mulheres em privação de liberdade no Brasil durante o trabalho de parto e parto, e a atuação da enfermagem. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão integrativa, foram utilizadas as bases de dados COCHRANE, LILACS e PUBMED e a literatura cinzenta foi avaliada pelo Google Scholar. A amostra final foi constituída por oito estudos. **Resultados e discussão:** As evidências expressaram a perpetuidade da inferioridade e opressão da mulher acrescida a precariedade das condições, sendo a mais frequentes delas a violação e/ou indeferimento de direitos constitucionais, seguido da desconsideração da mulher como sujeito ativo durante o parto e violência física, psicológica ou verbal. Reconhecendo também a necessidade de uma atuação mais abrangente da Enfermagem para proporcionar uma prestação qualificada e digna de serviços de saúde para essa população.

Palavras-Chaves: Mulheres. Prisões. Assistência à saúde. Parto

ABSTRACT

Introduction: The provision of health services to women deprived of liberty is a big question that needs to be ponderate due to the condition of women in prison, that's contributes to neglect as well as the health care deficit in the prison scope. **Objective:** This study aims to identify the health care to deprived of liberty women during labour and also the nursing assistance in Brazil. **Methods:** It is a literature review that were used some data bases like COCHRAANE, LILACS and PUBMED and the "gray literature" was analysed by Google Scholar. The final sample was constituted by 8 studies. **Results and discussion:** The evidance shows inferiority and opression to these women and also bad assistance conditions in the prison

scope. Furthermore, the violation of constitutional rights, disregard of woman as protagonist of her own labour and physical, psychological and verbal violence are presented in the assistance in the prison. It's necessary to recognized the nursing assistance more comprehensively that may offer a quality and dignified health service to this population.

Key words: Women. Prisons. Delivery of health care. Parturition

RESUMEN

Introducción: La prestación de servicios de salud a las mujeres privadas de libertad es una cuestión de considerable consideración, ya que el estado penal de las mujeres contribuye al abandono y / o déficit de la atención médica en prisión.

Objetivo: el estudio tuvo como objetivo identificar en la literatura la atención brindada a las mujeres privadas de libertad en Brasil durante el trabajo de parto y el parto, y el desempeño de la enfermería. **Metodología:** Esta es una revisión integradora, utilizamos las bases de datos COCHRANE, LILACS y PUBMED y Google Scholar evaluó la literatura gris. La muestra final consistió en ocho estudios.

Resultados y discusión: Las pruebas expresaron la perpetuidad de la inferioridad y la opresión de las mujeres más las condiciones precarias, siendo la violación y / o el rechazo de los derechos constitucionales más frecuentes, seguidos del desprecio de las mujeres como sujetos activos durante el parto y la violencia física, psicológica o verbal. . Reconociendo también la necesidad de un desempeño más amplio de enfermería para proporcionar una prestación calificada y digna de servicios de salud para esta población.

Palabras clave: Mujeres. Prisiones Cuidado de la salud. Parto

LISTA DE TABELAS

Quadro 1. Estratégia PICo, Brasília, 2019.

Quadro 2. Distribuição segundo base de dados, descritores controlados, palavras-chave e sinônimos e operadores booleanos, Brasília, 2019.

Tabela 1. Distribuição das publicações incluídas na revisão integrativa segundo o código, título, ano de publicação, autor, objetivo, delineamento do estudo, principais resultados, área de atuação e nível de evidência (NE), Brasília, 2019.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma das etapas de busca da pesquisa, Brasília, 2019

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. Objetivo.....	12
2.1. Objetivo Geral.....	12
3. Metodologia.....	13
4. Resultados e Discussão.....	17
5. Considerações Finais.....	22
6. Referências Bibliográficas.....	23

INTRODUÇÃO

No Brasil, a população carcerária feminina alcançou 42 mil mulheres privadas de liberdade em junho de 2016, um aumento de 656% em relação ao início dos anos 2000 – que era menor que 6 mil mulheres – ao passo que a população masculina no mesmo espaço de tempo cresceu 293%. É visível que esse crescimento não foi acompanhado de novas ampliações dos ambientes prisionais, pois existe um déficit de 15.326 mil vagas apenas no contexto feminino, contribuindo significativamente para um encarceramento desumano, insalubre, invisível e indigno contribuindo para as indignações nas prisões, tumultos e rebeliões (BRASIL, 2018).

Buscar um destaque na sociedade de forma paralela contribuiu para que a mulher obtivesse também destaque no mundo do crime, porém acabou se deparando com a realidade de um sistema falido criado por homens e para homens não estando preparado para atender as necessidades mínimas de uma mulher encarcerada (SOUZA, 2019). As especificidades do gênero feminino, como a maternidade, o impacto físico e psíquico da alteração cíclica dos hormônios, a gravidez, a amamentação, a saúde ginecológica e a higiene não encontram adequação em um sistema concebido para receber homens, e não, mulheres (SPINDOLA, 2016). Para quebrar a reprodução desses padrões de desigualdade e de discriminação, que legam às mulheres a manutenção de suas posições de inferioridade e exclusão social, é necessário a construção, implementação e monitoramento de políticas públicas transversais, pensadas e aplicadas a partir do referencial feminino (CORTINA, 2015).

O conhecimento das condições de funcionamento das instituições prisionais, em especial, as que abrigam mulheres, é importante para fundamentar a reflexão sobre a situação de mulheres em cumprimento de pena - que costuma permanecer obscura e silenciosa -, de modo a permitir a adoção de medidas para, se não solucionar, ao menos contribuir substancialmente para a melhoria da realidade atual (AUDI et al., 2016).

Pode-se afirmar que a população encarcerada brasileira vive abaixo da linha de dignidade mínima, não sendo a ela garantidos, malgrados declarados, seus primordiais direitos; em particular, aquele que poderia lhe conferir uma convivência saudável, no plano de um “mínimo existencial”, pelo vácuo legislativo, pela dificuldade de articulação do executivo com o judiciário e no que concerne à existência e efetivação de políticas públicas baseadas nas necessidades das pessoas privadas de liberdade (SOARES FILHO, BUENO, 2016).

Falar da saúde dos apenados enquanto direito não é uma face baseada meramente no arcabouço legal e normativo. A maioria das pessoas que se encontram nos presídios são culturalmente, socialmente e, por vezes, fisicamente mais frágeis, estando assim mais vulneráveis e, por consequência, mais disponíveis para o adoecimento (LIMA et. al, 2013).

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde (BRASIL, 1988). A diferença entre o que está escrito na norma e a realidade brasileira já é um fato de conhecimento geral. Elogiada como uma das constituições mais modernas humanisticamente e democraticamente, a Constituição brasileira fica longe de cumprir suas promessas e garantir o básico que se propõe. Quando se trata do processo carcerário em geral, essa verdade não se altera (MIGUEL, 2013). A assistência à saúde no sistema penitenciário brasileiro possui um panorama alarmante, visto que a demanda do serviço ofertado é pequena em razão da necessidade da população carcerária a utilizá-lo, dado que este público aumentou consideravelmente nos últimos anos, principalmente o público feminino (PIMENTEL et al., 2015).

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, a taxa de ocupação no sistema prisional brasileiro, em relação às mulheres, é de 156,7%, conforme registrado em junho de 2016, o que significa dizer que em um espaço destinado a 10 mulheres, encontram-se custodiadas 16 mulheres no sistema prisional. O estado de São Paulo concentra 36% de toda a população prisional feminina do país, com 15.104 mulheres presas, seguido pelos estados de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, que juntos somam 20% da população prisional feminina. O Distrito Federal se encontra na 17ª posição e contabiliza 683 mulheres presas (BRASIL, 2018). O aumento do encarceramento feminino

ampliou também a visibilidade do problema colocado pela existência de gestantes e mães que convivem com seus filhos nas prisões (DIUANA, CORRÊA, VENTURA, 2017). Neste contexto, a gravidez e o nascimento durante o encarceramento constituem importantes diferenciais que fazem incidir sobre elas limitações e restrições adicionais, em especial no que se refere a seus direitos reprodutivos (DIUANA et al., 2016). Os direitos sexuais e reprodutivos são direitos humanos universais baseados na liberdade inerente, dignidade e igualdade para todos os seres humanos. Assim, são direitos fundamentais de qualquer cidadão, devendo ser respeitados, promovidos e garantidos sem distinções (LAURIA, 2019).

A situação das mulheres privadas de liberdade no Brasil tem-se revelado numa sucessão de violações dos direitos humanos em geral, mais agravadas às puérperas e seus recém-nascidos (AMARAL, BISPO, 2016). O tema da maternidade na prisão envolve, portanto, além da discussão da divisão de papéis sexuais e o papel social da família, a condição de privação de liberdade da mulher e as relações de poder, hierárquicas e assimétricas, de diferentes ordens e intensidades, que afetam suas vidas no contexto das prisões (DIUANA, CORRÊA, VENTURA, 2017).

Dessa forma, percebe-se que as mulheres são vítimas tanto da violência institucional em sua forma mais ampla, devido ao sistema que não funciona de forma correta, quanto da violência cometida por profissionais, quando deixam seus valores socioculturais influenciarem no cuidado prestado (PÉREZ, OLIVEIRA, LAGO, 2015). Assim, pressupõe-se que no contexto do encarceramento, a maternidade ganha contornos distintos daqueles vivenciados por mulheres em liberdade (VERÍSSIMO et al., 2015).

OBJETIVO

Objetivo Geral:

Conduzir uma revisão integrativa da literatura acerca da assistência obstétrica e a atuação da enfermagem prestada à mulheres privadas de liberdade no Brasil.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, que bem conduzida se caracteriza pela criticidade própria das pesquisas primárias no que se refere a replicação, clareza e rigor científico (CROSSETTI, 2012). É uma das mais amplas abordagens metodológicas referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular. A ampla amostra, em conjunto com a multiplicidade de propostas, deve gerar um panorama consistente e compreensível de conceitos complexos, teorias ou problemas de saúde relevantes para a enfermagem (SOUZA, SILVA, CARVALHO, 2010).

A estrutura da revisão consiste em 6 (seis) etapas: (1) identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; (2) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou busca na literatura; (3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/ categorização dos estudos; (4) avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; (5) interpretação dos resultados; (6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008).

A elaboração da questão de pesquisa foi fundamentada na estratégia PICO, que refere-se a determinação da população (P), fenômeno de interesse/intervenção (I), e ao contexto (Co), apresentada no Quadro 1.

Quadro 1: Estratégia PICO, Brasília, 2019.

Acrônimo	Definição	Descrição
P	População	Mulheres privadas de liberdade no Brasil
I	Interesse	Assistência obstétrica e de enfermagem
Co	Contexto	Instituição de Saúde no Brasil

Fonte: CARDOSO et al., 2019

Dessa forma, a pergunta norteadora para a condução da presente revisão integrativa foi: **Quais as evidências científicas existentes acerca da assistência obstétrica e de enfermagem prestada à mulheres em privação de liberdade Brasil?**

A busca por estudos primários foi realizada nas bases eletrônicas de dados bibliográficos: Medline via portal PubMed da National Library of Medicine, Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Cochrane Central Register of Controlled Trials (COCHRANE). Sendo também realizada busca manual a partir das listas de referências dos artigos selecionados para leitura na íntegra, além da busca em literatura cinzenta utilizando o Google Scholar.

Foram utilizados os seguintes descritores controlados, palavras-chave e sinônimos e operadores booleanos para o cruzamento na base de dados, apresentados no Quadro 2.

Quadro 2: Distribuição segundo base de dados, descritores controlados, palavras-chave e sinônimos e operadores booleanos, Brasília, 2019.

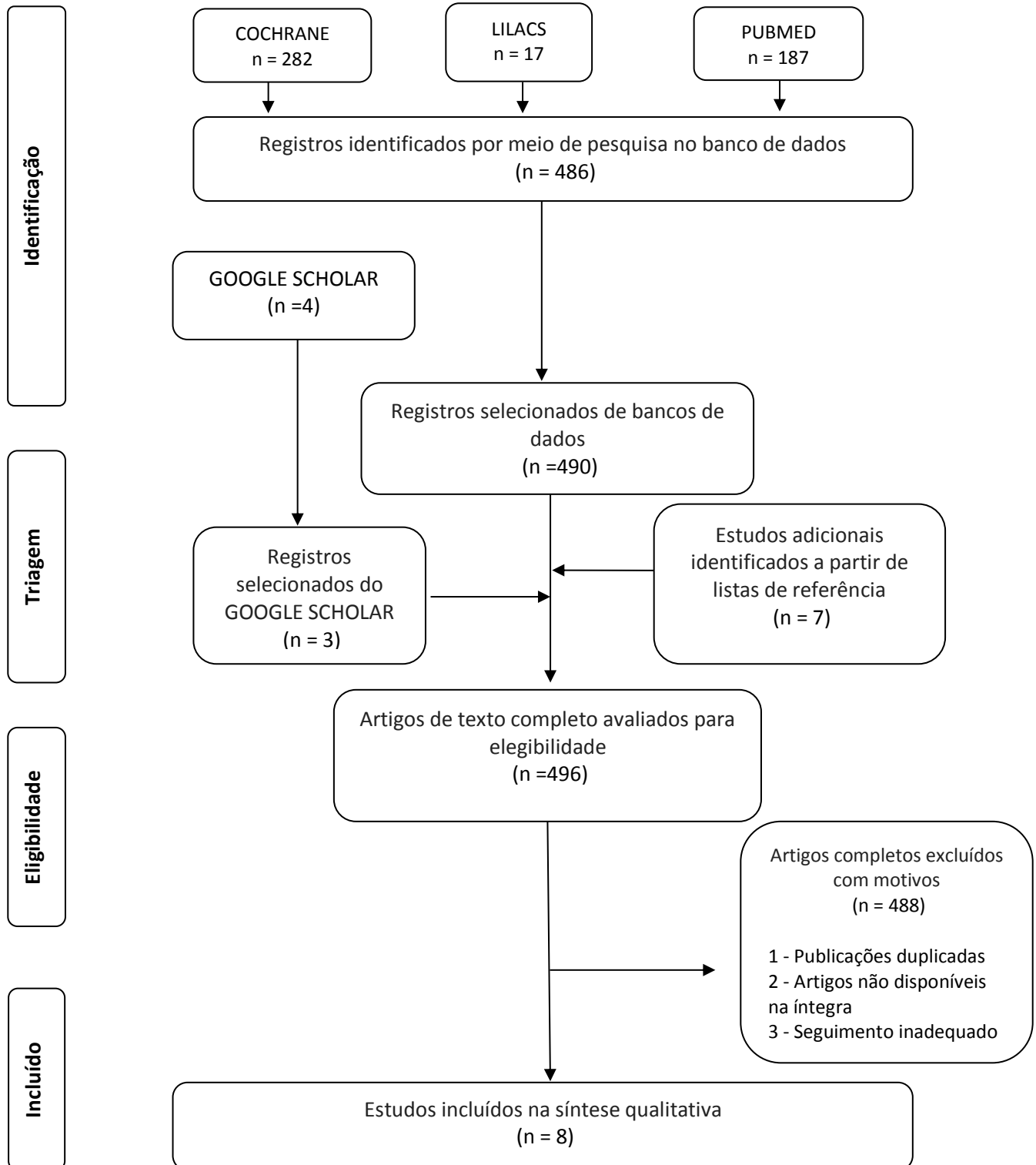
<i>Cochrane</i>	"motherhood" OR "parturiency" AND "prison" AND "Brazil" "parenting" OR "motherhood" AND "prison" AND "Brazil"
<i>Lilacs</i>	("parto") or "gestacao" AND ("detentos") or "presos" AND "Brasil" (tw:("gravidez")) OR (tw("maternidade")) AND (tw:("penitenciaria")) AND (tw:("brasil")) (tw:("pregnancy")) OR (tw:("parturition")) AND (tw:("prison")) AND (tw ("brazil")) (tw:(motherhood)) AND (tw:(prison)) AND (tw:(brazil))
<i>Pubmed</i>	((("pregnancy") OR "parturition") AND "prisons") OR "prisoners") AND "brazil" ((("woman") OR "prisoners") AND "parturition") OR "pregnancy") AND "brazil")) AND "mother child relations") nursing AND parturition AND woman AND prison (((parturition) OR breast feeding) AND prisons) AND brazil (((pregnancy) OR maternal health) OR "parenting") OR parturition AND prison AND brazil

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os artigos selecionados foram extraídos das bases de dados anteriormente citadas, que seguindo critérios de inclusão abordavam as evidências acerca da assistência obstétrica e de enfermagem prestada a mulheres encarceradas em âmbito prisional e/ou hospitalar, situadas no Brasil, publicados em qualquer idioma, sem restrição quanto ao ano de publicação e com disponibilidade de texto na íntegra. Foram excluídos desta revisão artigos que apresentavam informações insuficientes acerca da população do estudo, além de revisões, relatos de casos, resumo apresentado em congressos e conferências, protocolos de estudo, carta ao editor, opiniões pessoais, análise institucional e manuais.

A busca dos estudos primários nas bases de dados selecionadas ocorreu no mês de junho de 2019 e foi realizada pelas duas autoras da presente revisão integrativa. **(Figura 1)**

Figura 1 - Fluxograma das etapas de busca da pesquisa, Brasília, 2019.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entende-se que o sistema prisional é um aparelho do Estado, torna-se importante uma reflexão profunda sobre a sociedade que temos: a desigualdade social, étnica e de gênero que vivemos, bem como de falta de políticas públicas para aqueles marginalizados, aprisionados e encarcerados (ASSUNÇÃO, 2014).

Em virtude da escassa produção sobre o tema, a amostra final desta revisão foi composta por oito artigos.

A tabela 1 expressa as características dos artigos segundo código, título, ano de publicação, autor, objetivo, delineamento do estudo, principais resultados, área de atuação e nível de evidência.

Tabela 1 - Distribuição das publicações incluídas na revisão integrativa segundo o código, título, ano de publicação, autor, objetivo, delineamento do estudo, principais resultados, área de atuação e nível de evidência (NE), Brasília, 2019.

TÍTULO	ANO	AUTORES	OBJETIVO	DELINEAMENTO DO ESTUDO	PRINCIPAIS RESULTADOS	ÁREA DE ATUAÇÃO	ME
Nascimento atrás das grades: uma prática de cuidado direcionada a gestantes, puerperas e recém-nascidos em privação de liberdade	2006	ROSINSKI TC, et al.	Aprimorar a prática de cuidado direcionada a gestantes e recém-nascidos encarcerados seguindo a teoria de Orem	Descritivo	Relato acerca do uso de algemas durante o parto impossibilitando o contato pele a pele na primeira hora de vida do RN	Enfermagem	III
Gestação e puerpério no cárcere: estudo descritivo da atenção à saúde	2014	PICOLI RP, et al.	Descrever as características sociodemográficas, história penal e assistência ao pré-natal e puerpério em mulheres detentas.	Estudo descritivo transversal, de caráter observacional	Relata local do parto; meio de transporte utilizado até o hospital; complicações no parto; direito à acompanhante no parto e pós-parto imediato	Saúde Pública	VI
Mulheres, saúde reprodutiva e prisão: um estudo da maternidade em uma perspectiva feminista na Penitenciária Feminina do Distrito Federal	2014	OLIVEIRA, RN.	Analisar a saúde reprodutiva de mulheres grávidas e com filhas da Penitenciária Feminina do Distrito Federal, sob uma perspectiva feminista.	Metodologia mista	Descrição sobre tipo de parto; uso de analgesia; uso de algemas e direito indeferido a acompanhante durante e após o parto	Serviço Social	II
Filhos e filhas de mulheres presas e vulnerabilidade socioeducacional: um estudo de abordagem etnográfica	2014	ALMEIDA SM, ARAÚJO AM, MATTOS CLG.	Analisar as condições de vida do binômio mãe-filho no cotidiano prisional com enfoque no período pré-natal e primeiros anos de vida da criança dentro de uma prisão.	Estudo exploratório, descritivo e reflexivo, de caráter qualitativo	Relatos de mulheres que sofreram preconceito, violência física e psíquica durante o transporte até a maternidade; histórias de partos em locais inadequados e algemadas, menosprezo as decisões e apelos das parturientes.	Direito	VI

TÍTULO	ANO	AUTORES	OBJETIVO	DELINEAMENTO DO ESTUDO	PRINCIPAIS RESULTADOS	ÁREA DE ATUAÇÃO	NE
Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais	2016	LOPES TC, PINHEIRO R	Analisar a trajetória de cuidado de mulheres de um Centro de Referência a Gestantes Privadas de Liberdade referente às práticas dos trabalhadores no reconhecimento do direito à saúde e integralidade do cuidado	Pesquisa qualitativa com referencial a fenomenologia sociológica	Descreve entrevistas com internas, agentes penitenciários e profissionais de saúde sobre: local de parto, relação interna-agente penitenciário; atendimento humanizado	Saúde Coletiva	I
Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil	2016	LEAL, MC et al.	Delinear o perfil socioeconômico e a atenção clínico-obstétrica da população feminina encarcerada em capitais e regiões metropolitanas do Brasil.	Série de Casos	Censo nacional apresentando frequências absolutas e relativas descrevendo: tipo de parto; uso de algemas; direito deferido/deferido a acompanhante; maus tratos e violência verbal/psicológica por profissionais de saúde e/ou agentes penitenciários.	Epidemiologia	VII
A experiência da maternidade no cárcere: Cotidiano e trajetórias de vida	2016	SPINOLA, PF.	Análise de experiência da maternidade de detentas a partir do cotidiano e trajetórias de vida de mulheres egressas do sistema penitenciário	Estudo exploratório, descritivo e reflexivo de caráter qualitativo	Descaso, preconceito e violência verbal com mulheres em trabalho de parto; uso de algemas durante e após o parto; Presença de agente penitenciário durante trabalho de parto e parto;	Medicina	VI
Filho do cárcere: representações sociais de mulheres sobre partir na prisão	2019	MATOS KKC, SILVA SPC, NASCIMENTO O, EA.	Compreender as representações sociais de gestantes e puérperas encarceradas sobre o partir na prisão	Estudo descritivo-exploratório de abordagem qualitativa	Descreve relatos de mulheres privadas de liberdade acerca da experiência do parto; direito a acompanhante; preconceito velado; tipo de parto e concepção de ser mãe	Enfermagem	VI

Os artigos incluídos na pesquisa foram classificados de acordo com a hierarquia da pesquisa e os níveis de evidência de Melnyk e Fineout-Overholt (2005) levando em consideração o delineamento dos estudos. Dentre eles: 12,5% classificado com nível de evidência VII (LEAL et al, 2016), que configura a opinião de autoridades ou especialistas; 62,5% representam nível de evidência VI (PICOLI et al, 2014; ALMEIDA, ARAUJO, MATOS, 2014; LOPES, PINHEIRO, 2016; SPINOLA, 2016; MATOS, SILVA, NASCIMENTO, 2019), configurado como evidências derivadas de um único estudo descritivo ou qualitativo; 12,5% classificado com nível de evidência III (ROSINSKI et al, 2006), configurado como ensaios clínicos bem delineados, sem randomização; 12,5% representa nível de evidência II (OLIVEIRA, 2014) configurado como evidências derivadas de pelo menos um ensaio clínico randomizado controlado bem delineado.

Dentre as principais condições relatadas durante o trabalho de parto e parto, a mais frequente foi a violação e/ou indeferimento de direitos constitucionais, especificamente os artigos (ROSINSKI et al, 2006; PICOLI et al, 2014; OLIVEIRA, 2014; ALMEIDA, ARAUJO, MATOS, 2014; LEAL et al, 2016; SPINOLA, 2016; MATOS, SILVA, NASCIMENTO, 2019). As inúmeras violações e constrangimentos ao exercício destes direitos têm sido ocasionadas por práticas disciplinares, de segurança e sanitárias que, exercendo-se atrás dos muros da prisão e dos hospitais, têm submetido mulheres e seus filhos a riscos e a sofrimentos físicos, psíquicos e morais (DIUANA et al. 2016).

Dentre os estudos encontrados 62.5% apresentaram algum tipo de transgressão à lei, sendo a mais citada o uso de algemas durante o trabalho de parto e parto (ROSINSKI et al, 2006; OLIVEIRA, 2014; ALMEIDA, ARAUJO,

MATOS, 2014; LEAL et al, 2016; SPINOLA, 2016). A Lei 13.434 proíbe o uso de algemas em mulheres grávidas durante o parto e em mulheres durante a fase de puerpério imediato (BRASIL, 2017) e demonstra grande preocupação sobre a concepção das autoridades julgarem uma mulher em período ativo de parto ser um perigo iminente a sociedade ou predisposta a fuga.

Quanto ao direito de acompanhante de livre escolha durante o parto apesar de um direito de esfera coletiva, a tutela desse direito fica restrita às mulheres em liberdade, visto que 87.5% dos estudos (PICOLI et al, 2014; OLIVEIRA, 2014; ALMEIDA, ARAUJO, MATOS, 2014; LOPES, PINHEIRO, 2016; LEAL et al, 2016; SPINOLA, 2016; MATOS, SILVA, NASCIMENTO, 2019) não houve plena consolidação desta norma, todavia, o acompanhamento perinatal dispensado às mulheres em privação de liberdade foi de agentes penitenciários que não atendem aos anseios de uma parturiente muito menos promovem a melhoria do ambiente circundante durante aquele momento que marca a celebração da feminilidade.

A imposição dispensada às mulheres privadas de liberdade sobre o tipo de parto, analgesia, medicalização, episiotomia, posição mais confortável ou direito de recusa de qualquer medida terapêutica, medicamentosa ou cirúrgica proposta pela equipe médica naquele momento não deve ser retirado da mulher independente da situação legal da mesma. Entende-se com clareza que mãe e filho, parturiente e feto, têm direito à qualidade de vida, desde a sua concepção, sem interferência do Estado ou de qualquer outra pessoa. A mulher tem direito sobre seu corpo e as escolhas devem ser tomadas por ela, devendo ser respeitada em sua integralidade (LAURIA, 2019).

Quanto a desconsideração da mulher como sujeito ativo no período perinatal 50% dos estudos incluídos (ALMEIDA, ARAUJO, MATOS, 2014; LEAL et al, 2016; SPINOLA, 2016; MATOS, SILVA, NASCIMENTO, 2019) revelaram algum tipo de violência física, verbal e/ou psicológica, desprezando os desejos da mulher e as distinguindo novamente das mulheres em liberdade, tornando improvável a concretização da utopia da igualdade real e implicando no retrocesso social. As práticas carregadas de significados culturais estereotipados de desvalorização e submissão da mulher, atravessadas pelas ideologias médica e de gênero, se tornam naturalizadas na cultura institucional (ZANARDO et al., 2017).

As ações idealizadas e realizadas durante o período perinatal devem seguir as atribuições legais deliberadas pelo Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento que assegura a integralidade e qualidade da assistência às gestantes, parturientes e recém-nascidos sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza (BRASIL, 2000). A percepção moral das autoridades penitenciárias e/ou profissionais de saúde não devem interferir no tratamento dispensado às mulheres, como autoridades entusiastas da lei devem assegurar a dignidade da pessoa humana e a execução das políticas públicas para as reais e mais iminentes necessidades daquela população socialmente não-integrada, praticando o senso de responsabilidade comum e o princípio da não-maleficência.

Quanto às áreas de atuação, todos os artigos eram de áreas distintas, sendo apenas 25% (ROSINSKI et al, 2006; MATOS, SILVA, NASCIMENTO, 2019) pertencente a Enfermagem, demonstrando infrutífera produção e limitação do exercício profissional. A prestação de serviços concernentes de forma integral e humanizada da Enfermagem para com a população carcerária feminina é passível de melhorias e garantia do gozo ao direito à saúde e dignidade da pessoa humana de forma universal e isonômica. A realização de procedimentos dialéticos juntamente com a prática a respeito das ações da Enfermagem permite uma nova dimensão e uma gama de possibilidades para a categoria, propiciando a aproximação e articulação da população carcerária com as autoridades com poder de tomada de decisão e as carências reais das mulheres em situação de prisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto percebe-se a precariedade da situação da mulher no período gravídico-puerperal no cenário desordenado do sistema prisional brasileiro, pelo fato de ser mulher inserida em uma sociedade notadamente machista acrescido ao preconceito da população para com o sujeito encarcerado, a voz feminina é então duplamente desvalorizada, tornando o feminismo e a luta

pela igualdade real um fantasma inoperante e alimentando a iniquidade dentro do sistema.

É incontestável que a sucessão de violações de direitos para com a população carcerária feminina existe e que segue a perpetuidade de inferioridade e opressão da mulher, deste modo, procuramos desvendar e expressar neste estudo qual a assistência ao trabalho de parto e parto recebidas pelas mulheres privadas de liberdade no Brasil. Cabe aqui questionar acerca da aplicabilidade e efetividade dos preceitos constitucionais vigentes para assim cessar ou ao menos minimizar o sofrimento de mulheres contrárias a socialização de gênero e que mesmo em situação de prisão buscam consagrar o conceito de maternagem.

Por fim, é passível de conclusão que a Enfermagem como ciência do cuidado e parte essencial em uma instituição de saúde demonstra ocupação parcial e insuficiente no que tange a população carcerária, não correspondendo com as expectativas e possibilidades de atuação de suas competências profissionais que quando completa e efetivamente aplicadas serão capazes de suprir o déficit no quadro de assistência à saúde deste grupo socialmente excluído e marginalizado.

Sendo assim com a identificação dessas condições de trabalho de parto e parto e todo o arcabouço legal exposto, espera-se contribuir e instigar a produção científica acerca desta população, bem como, a implementação, aperfeiçoamento e execução de políticas públicas eficazes que zelem pela prestação de serviços de saúde que atendam às necessidades reais deste grupo seletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Maísa Feliciano; BISPO, Tânia Christiane Ferreira. Mães e filhos atrás das grades: Um olhar sobre o drama do cuidar de filhos na prisão. *Revista Enfermagem Contemporânea*, v. 5, n. 1, 2016. Disponível em: <DOI:10.17267/2317-3378rec.v5i1.836> Acesso em: 09 de Junho de 2019.

ASSUNÇÃO, Cória Helena Vieira de et al. A saúde da mulher: a situação das encarceradas do Presídio Feminino de Florianópolis. 2014. Trabalho de Conclusão

de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial284712.pdf>> Acesso em: 13 de Julho de 2019.

AUDI, Celene Aparecida Ferrari et al. Inquérito sobre condições de saúde de mulheres encarceradas. *Saúde em Debate*, v. 40, p. 112-124, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sdeb/2016.v40n109/112-124/#>> Acesso em: 17 de Julho de 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 09 de Junho de 2019.

BRASIL. *LEI Nº 13.434, DE 12 DE ABRIL DE 2017*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2017/Lei/L13434.htm> Acesso em: 09 de Novembro de 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres* (2a ed). Brasília, DF: o autor. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf Acesso em: 14 de Novembro de 2019.

CARDOSO, Vanessa et al . REVISÃO SISTEMÁTICA DE MÉTODOS MISTOS: MÉTODO DE PESQUISA PARA A INCORPORAÇÃO DE EVIDÊNCIAS NA ENFERMAGEM. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 28, e20170279, 2019 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072019000100606&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 14 de Novembro de 2019.

CORTINA, Monica Ovinski de Camargo. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Revista Estudos Feministas*, v. 23, n. 3, p. 761-778, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2015000300761&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 17 de Julho de 2019.

CROSSETTI, Maria da Graça Oliveira. Revisão integrativa de pesquisa na enfermagem: o rigor científico que lhe é exigido. *Revista gaúcha de enfermagem*.

Porto Alegre. Vol. 33, n. 2 (jun. 2012), p. 8-13, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v33n2/01.pdf>> Acesso em: 17 de Julho de 2019.

DIUANA, Vilma et al. Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 2041-2050, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n7/1413-8123-csc-21-07-2041.pdf>> Acesso em: 05 de Junho de 2019.

DIUANA, Vilma; CORRÊA, Marilena CDV; VENTURA, Miriam. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, p. 727-747, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v27n3/1809-4481-physis-27-03-00727.pdf>> Acesso em: 03 de Junho de 2019.

LAURIA, Rafael Real Martins. Violência obstétrica: a falta de zelo pela dignidade da mulher em situação de parto. 2019. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/13319>> Acesso em: 17 de Julho de 2019.

LEAL, Maria do Carmo et al. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 2061-2070, 2016.. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/csc/2016.v21n7/2061-2070/pt/>> Acesso em: 23 de Junho de 2019.

LIMA, Gigliola Marcos Bernardo de et al. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. *Saúde em Debate*, v. 37, p. 446-456, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v37n98/a08v37n98.pdf>> Acesso em: 09 de Junho de 2019.

LOPES, Tatiana Coelho; PINHEIRO, Roseni. Trajetórias de mulheres privadas de liberdade: práticas de cuidado no reconhecimento do direito à saúde no Centro de Referência de Gestantes de Minas Gerais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 26, p. 1193-1212, 2016. Disponível em: <https://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S0103-73312016000401193&script=sci_arttext&tlng=en> Acesso em: 23 de Junho de

2019.

MATOS, Khesia Kelly Cardoso; SILVA, Susanne Pinheiro Costa; NASCIMENTO, Emanuela de Araújo. Filhos do cárcere: representações sociais de mulheres sobre parir na prisão. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 23, p. e180028, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1414-32832019000100252&script=sci_arttext> Acesso em: 23 de Junho de 2019.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães; ALMEIDA, Sandra Maciel; ARAÚJO, Adriane Matos. Estado do Rio de Janeiro. Filhos e filhas de mulheres presas e vulnerabilidade socioeducacional: um estudo de abordagem etnográfica. Acesso em: 23 de Junho de 2019.

MELNYK BM, FINEOUT-OVERHOLT E. Making the case for evidence-based practice. In: Melnyk BM, Fineout-Overholt E. *Evidence-based practice in nursing & healthcare. A guide to best practice*. Philadelphia: Lippincot Williams & Wilkins; 2005. p.3-24.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & contexto enfermagem*, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018> Acesso em: 09 de Junho de 2019.

MIGUEL, Lorena Marina dos Santos. A norma jurídica e a realidade do sistema carcerário brasileiro. *Habitus*, v. 11, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/view/11398/8348>> Acesso em: 17 de Julho de 2019.

OLIVEIRA, Rayane Noronha. Mulheres, saúde reprodutiva e prisão: um estudo da maternidade em uma perspectiva feminista na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9665/1/2014_RayaneNoronhaOliveira.pdf> Acesso em: 23 de Junho de 2019.

PÉREZ, Bárbara Angélica Gómez; OLIVEIRA, Edilaine Varjão; LAGO, Mariana Santos. Percepções de puérperas vítimas de violência institucional durante o trabalho de parto e parto: revisão integrativa. *Revista Enfermagem*

Contemporânea, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/472/436>> Acesso em: 08 de Junho de 2019.

PÍCOLI, Renata Polópoli et al. Gestação e puerpério no cárcere: estudo descritivo da atenção   saúde. Revista Baiana de Saúde Pública, v. 38, n. 1, p. 67, 2014. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0100-0233/2014/v38n1/a4431.pdf>> Acesso em: 23 de Junho de 2019.

PIMENTEL, Itaciara do Santos et al. Percepção de mulheres privadas de liberdade acerca da assistência   saúde no sistema penitenciário. Revista Interdisciplinar, v. 8, n. 4, p. 109-119, 2015. Disponível em: <https://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/659/pdf_268> Acesso em: 08 de Junho de 2019.

ROSINSKI, Talita Cristine et al. Nascimento atrás das grades: uma prática de cuidado direcionada a gestantes, puérperas e recém-nascidos em privação de liberdade. Ciência, Cuidado e Saúde, v. 5, n. 2, p. 212-219, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Marisa_Monticelli/publication/277179305_Nascimento_atras_das_grades_uma_pratica_de_cuidado_direcionada_a_gestantes_puerperas_e_recem-nascidos_em_privacao_de_liberdade/links/561680de08ae0f21400720ee.pdf> Acesso em: 23 de Junho de 2019.

SOARES FILHO, Marden Marques; BUENO, Paula Michele Martins Gomes. Demografia, vulnerabilidades e direito   saúde da população prisional brasileira. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, p. 1999-2010, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232016000701999&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 08 de Julho de 2019.

SOUZA, Carla Lorena Bezerra. LAÇOS INQUEBRÁVEIS: A união das detentas para enfrentar a dura realidade carcerária. FIBRA Lex, n. 5, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.fibrapara.edu.br/index.php/fibralex/article/view/103/88>> Acesso em: 12 de Julho de 2019.

SPÍNDOLA, Luciana Soares. A mulher encarcerada no sistema penal brasileiro: a busca de soluções para as especificidades do g nero feminino no tocante à maternidade. 2016. Artigo(Especialização). Instituto Brasiliense de Direito Público.

Disponível em: <
http://dspace.idp.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2274/Artigo_Luciana%20Soares%20Spindola.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 12 de Julho de 2019.

SPINOLA, Priscilla Feres. A experiência da maternidade no cárcere: Cotidiano e trajetórias de vida. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em:<<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5170/tde-11052017-140243/publico/PriscillaFeresSpinola.pdf>> Acesso em: 23 de Junho de 2019.

VERÍSSIMO, Lannuzya et al. Vivência da maternidade para presidiárias. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 17, n. 2, p. 360-9, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ree.v17i2.29784>> Acesso em: 08 de Junho de 2019.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Kathleen. The Integrative Review: Update Methodology. In: Souza, Marcela Tavares; Silva, Michelly Dias; Carvalho, Rachel. Revisão Integrativa: O que é e como fazer. Einstein. 2010; 8(1 Pt 1):102-6. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf> Acesso em: 01 de Junho de 2019.

ZANARDO, Gabriela Lemos de Pinho et al. Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. Psicologia & sociedade, v. 29, p. 1-11, 2017. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3093/309350113018.pdf>> Acesso em: 09 de Novembro de 2019.